VUNESP - 2015 - Prefeitura de Caieiras/SP - Assistente Legislativo

01. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

A) A liberdade de consciência pode ser alegada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
C) É plena a liberdade de associações para quaisquer fins.
D) É obrigatória a associação para que o indivíduo possa gozar dos direitos sociais.
E) O Estado promoverá a defesa dos comerciantes, na forma da lei.

Questão Elaborada pelo Professor

02. Sobre a aplicação das leis que tratam sobre direitos humanos, assinale a assertiva correta.

A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais
B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são necessariamente equivalentes às emendas constitucionais.
C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Senado, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais
D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos poderão se equivaler às emendas constitucionais ou possuírem status de supralegalidade.
E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 60% dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Exemplo claro é o pacto que proíbe a prisão civil por dívidas..

VUNESP - 2014 - TJ/SP - Escrevente
03. Levando-se em conta o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual civil ou penal.
B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou licença.
C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei condicioná-lo a qualificações profissionais.
D) As associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado.
E) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter paramilitar, desde que para fins lícitos.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - Fisioterapeuta
04. De acordo com o que disciplina a Constituição Federal em relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa correta.

A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
B) É plena a liberdade de associação para quaisquer fins, inclusive os paramilitares.
C) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, dependem de autorização estatal.
D) É inviolável a liberdade de consciência e crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, vedada, na forma da lei, a proteção aos locais de culto.
E) Será concedida pela União a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Questão Elaborada pelo Professor
05. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) Racismo é inafiançável e não é prescritível
B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei
C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido. Trata-se do princípio da intranscendência
D) Nas hipóteses prevista em lei, poderá o civilmente identificado ser submetido a identificação criminal
E) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados caráter público, mesmo que não sejam governamentais.

VUNESP - 2019 - Câmara de Tatuí/SP - Procurador Legislativo
06. Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, listados no art. 5° da Constituição Federal, está previsto que

A) Aos Autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo período de 10 (dez) anos.
B) A Lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade, interesse ou utilidade pública, mediante indenização em dinheiro ou títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.
C) A Lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
D) A Pequena e média propriedade rural, definidas em lei e trabalhadas pela família ou por meeiros, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, e seu desenvolvimento será financiado pelo poder público.
E) A Pequena propriedade rural, definida em lei e trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, se o seu desenvolvimento for financiado pelo poder público.

VUNESP - 2019 - Câmara de Serrana/SP - Procurador Jurídico
07. Nos termos da Constituição Federal, entre outros, está assegurado entre os Direitos e Garantias Fundamentais:

A) A gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, e das ações de habeas corpus e habeas data.
B) A todos, no âmbito judicial e administrativo, a pouca duração do processo e sua célere tramitação.
C) Aos que comprovarem insuficiência de recursos, que o Estado poderá prestar assistência jurídica parcial.
D) Aos condenados por erro judiciário, a indenização do Estado, excetuado àqueles que ficarem presos além do tempo fixado na sentença.
E) Que os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

VUNESP - 2014 - TJ/PA - Analista Judiciário Engenharia do Trabalho

08. De acordo com o art. 7.º, do Capítulo II (Dos Direitos Sociais), do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), da Constituição Federal, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, consta:

A) A proibição do trabalho, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos.
B) O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, de caráter universal, que exclui a indenização imposta ao empregador ao incorrer em culpa.
C) A percepção de adicional de 100% no valor da hora extra sempre que o trabalho seja executado em condições de perigo ou de insalubridade máxima.
D) O reconhecimento das Convenções Coletivas de Trabalho, firmadas com os empregadores, que tenham caráter nacional e não atentem contra a legislação vigente.
E) A proteção em face da automação, na forma da lei, bem como a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

VUNESP - 2008 - TJ/MT - Técnico Judiciário

09. Nos termos da Constituição Federal vigente,

A) A proteção do trabalhador contra a despedida arbitrária há de ser estabelecida em lei ordinária.
B) É permitida a criação de mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
C) Admite-se a não equiparação dos direitos do trabalhador avulso e do trabalhador com vínculo empregatício.
D) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
E) É legítima a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

VUNESP - 2012 - TJ/SP - Escrevente

10. Himeneu Silva tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa ABC Ltda. Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Himeneu previsto na Constituição Federal.

A) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.
B) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
C) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Himeneu e a empresa ABC Ltda.
D) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.
E) Salário família, independentemente da renda que irá auferir como empregado.

VUNESP - 2020 - VALIPREV/SP - Analista de Benefícios Previdenciários

11. A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.
D) É direito dos trabalhadores urbanos aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que será de, no mínimo, 20 (vinte) dias.
E) São direitos sociais, dentre outros, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Questão Elaborada pelo Professor

12. Nos termos da Constituição Federal, especialmente sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa correta:

A) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, a felicidade, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
B) Com o advento da EC 72 todos os direitos dos urbanos e rurais se estenderam constitucionalmente aos domésticos.
C) A proteção do salário na forma da lei, constituindo infração penal sua retenção dolosa se estende constitucionalmente aos domésticos e aos servidores
D) A participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei é direito dos urbanos e rurais e que não se estende constitucionalmente aos domésticos nem aos servidores
E) O piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho é direito dos urbanos e rurais que se estendeu constitucionalmente aos domésticos.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Campinas - Enfermeiro

13. A Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, determina que, aos trabalhadores urbanos e rurais, é assegurado(a)

A) A jornada de 08 (oito) horas, como regra geral, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
B) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos da lei.
C) A proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
D) O repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
E) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto/SP - Procurador do Município
14. De acordo com o artigo 8° da Constituição Federal, é livre a associação sindical, observado o seguinte:

A) É obrigatória autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
B) A criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica se aperfeiçoará com o registro do respectivo ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
C) É obrigatória a filiação ao sindicato da respectiva categoria.
D) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
E) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas

VUNESP - 2011 - SEDUC/SP - Oficial Administrativo
15. Quanto ao direito de greve, pode-se afirmar que

A) Ao trabalhador rural não está garantido o direito de realizar greve.
B) Ao trabalhador urbano não está garantido o direito de realizar greve.
C) É assegurado o direito aos trabalhadores urbanos e rurais.
D) Apenas se pode assegurar o direito de greve a determinados trabalhadores.
E) É assegurado o direito apenas a trabalhadores sindicalizados.

VUNESP - 2015 - TJ/SP - Escrevente
16. Ricardo, cuja mãe é brasileira e cujo pai é chileno, nasceu no México, durante uma viagem de sua mãe a esse país, a serviço do Brasil. Nos termos da Constituição Federal, Ricardo:

A) É brasileiro nato.
B) Poderá naturalizar-se brasileiro caso venha a re-sidir por pelo menos 1 ano ininterrupto no Brasil.
C) Poderá naturalizar-se brasileiro caso opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ainda que resida no estrangeiro.
D) Será considerado brasileiro nato, desde que sua mãe retorne ao Brasil imediatamente após o tér-mino do serviço.
E) Não poderá naturalizar-se brasileiro, uma vez que seu pai é chileno.

VUNESP - 2012 - TJ/SP - Escrevente
17. São privativos de brasileiros natos os seguintes cargos:

A) De Senador e de Ministro de Estado da Defesa.
B) De Deputado Federal e de Deputado Estadual.
C) De Presidente da República e de Senador.
D) Da carreira diplomática e de Vereador.
E) De Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.

VUNESP - 2020 - VALIPREV/SP - Analista de Benefícios Previdenciários
18. Suponha que Joana é brasileira naturalizada e que, após a naturalização, ela praticou dois crimes de homicídio que resultaram na morte de Leonardo e Sandra, ambos brasileiros.

De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que Joana

A) Não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
B) Apenas poderia ser extraditada por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.
C) Terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.
D) Não será extraditada, mas, caso seja presa, ela não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
E) Será extraditada após o devido processo legal e poderá sofrer pena de banimento.

VUNESP - 2019 - TJ/RJ - Juiz Substituto
19. No tocante à extradição de brasileiros, a Carta Magna estabelece que

A) É vedada para os natos e permitida para os naturalizados, independentemente do crime, desde que praticado antes da naturalização.
B) É vedada para os natos e naturalizados, independentemente do crime praticado.
C) É permitida para os natos, por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, e para os naturalizados, por crimes comuns praticados antes da naturalização.
D) É vedada para os natos e permitida para os naturalizados por crimes comuns, praticados antes da naturalização ou por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
E) É vedada para os natos e permitida para os naturalizados por crimes comuns e por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, desde que praticados antes da naturalização.

20. Questão Elaborada pelo Professor
Sobre Nacionalidade assinale a correta.

A) Filho de Italianos nascido no Brasil quando seus pais estavam a serviço da Espanha não será nato
B) É necessário ser nato para ser militar
C) É necessário ser nato para ser Ministro das Relações exteriores
D) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados nos casos previstos na Constituição.
E) Consta expressamente da CF, que os Estados, o Distrito Federal, Territórios e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

VUNESP – 2018 - TJ/SC – Juiz Leigo
21. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos previstos no texto constitucional.

A) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
B) A idade mínima para se candidatar ao cargo de Vereador e de juiz de paz é de vinte e um anos.
C) O militar, embora alistável, é inelegível se contar com mais de dez anos de efetivo serviço.
D) Para concorrerem a outros cargos, os Vereadores, Deputados e Senadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da homologação da eleição.

VUNESP - 2018 - Câmara de São Joaquim da Barra/SP - Procurador Jurídico
22. Consoante o que dispõe a Constituição Federal, o alistamento e o voto são

A) Obrigatórios para os analfabetos.
B) Facultativos para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.
C) Facultativos para os naturalizados maiores de 21 (vinte e um) anos.
D) Obrigatórios para os índios maiores de 16 (dezesseis) anos, estejam ou não integrados à sociedade brasileira.
E) Facultativos para os brasileiros natos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

VUNESP - 2019 - TJ/RJ - Juiz Substituto

23. Narciso, 19 anos de idade, que está em pleno gozo dos seus direitos políticos, pretende candidatar-se ao mandato de Vereador em seu Município nas próximas eleições, que ocorrerão em outubro de 2020. Poliana, que é sua cunhada, ocupava o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores, no mesmo Município, mas, atualmente, veio a assumir o cargo de Prefeito em razão da perda de mandato dos seus ocupantes anteriores. Segundo o disposto na Constituição Federal, nessa situação hipotética, é correto afirmar que Narciso

A) Poderia se candidatar, não havendo incompatibilidade eleitoral para o exercício do mandato, mas não poderá fazê-lo por não ter a idade mínima para se candidatar.
B) Não poderá se candidatar, tendo em vista a sua condição de inelegibilidade por ser cunhado de Poliana, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
C) Poderá se candidatar, pois a relação com Poliana não é condição que o impeça de concorrer, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
D) Poderá se candidatar, desde que tenha se tornado cunhado de Poliana somente após esta ter assumido o mandato eletivo.
E) Não está impedido de se candidatar ao mandato de Vereador, desde que não seja para reeleição, uma vez que Poliana assumiu o cargo de Prefeito em substituição aos titulares.

VUNESP - 2019 - Câmara de Mauá/SP - Procurador Legislativo

24. Sobre os direitos políticos fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) O alistamento eleitoral é obrigatório para as pessoas entre 18 e 60 anos; sendo facultativo para os menores de 18 anos, maiores de 60 e analfabetos.
B) Pode se candidatar a Vice-Presidente da República o brasileiro naturalizado, maior de 35 anos, filiado a partido político e em pleno exercício dos direitos políticos.
C) A perda e a suspensão dos direitos políticos são vedadas pela Constituição Federal.
D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, contudo, apenas às eleições seguintes à sua vigência.
E) O alistamento eleitoral é vedado ao estrangeiro, mas, adquirida a nacionalidade brasileira, o alistamento passa a ser permitido, cumpridas as demais condições.

VUNESP - 2018 - Prefeitura de Registro/SP - Advogado
25. A perda ou suspensão dos direitos políticos se dará em caso de

A) Cancelamento da naturalização por sentença, independentemente do trânsito em julgado.
B) Incapacidade civil absoluta ou relativa.
C) Condenação criminal pendente de recurso.
D) Opção do brasileiro por outra nacionalidade por naturalização voluntária.
E) O eleitor completar a idade de 70 anos.

VUNESP - 2018 - Prefeitura de Buritizal/SP - Procurador Jurídico
26. De acordo com o parágrafo 6° do art. 14 da CF, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos, até seis meses antes do pleito,

A) Os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
B) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
C) O Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
D) O Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e os Vice-Prefeitos.
E) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e os Vice-Prefeitos.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Cerquilho/SP - Procurador Jurídico
27. De acordo com os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

A) É permitido o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização de órgão competente para defesa do patrimônio público.
B) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país e os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que qualquer deles não esteja a serviço do País e sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, até atingirem a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
D) Dentre as condições de elegibilidade para concorrer ao cargo de prefeito estão a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, a filiação partidária e a idade mínima de dezoito anos até a data da posse.
E) Vice-Prefeito que assumiu a prefeitura um ano antes das eleições a se realizarem, para concorrer a novo mandato de prefeito, mas que não se desincompatibilizou para essa finalidade, não está impedido de participar do pleito e ser eleito.

VUNESP - 2018 - Câmara de Olímpia/SP - Procurador Jurídico
28. Sobre os direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O voto é obrigatório para os analfabetos.
B) O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos.
C) São elegíveis os analfabetos e os conscritos.
D) É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta anos para Senador.
E) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça.

VUNESP - 2019 - Câmara de São Roque/SP Procurador Jurídico
29. De acordo com a Constituição Federal, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

A) Após dois anos de efetivo exercício, só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
B) Poderá adquirir estabilidade antecipadamente, caso seja afastado do cargo para prestar serviços em outro órgão da Administração Direta ou Indireta.
C) Adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa e o contraditório.
D) Não tem direito a estabilidade, garantia constitucionalmente reservada aos ocupantes de emprego público.
E) Deverá submeter-se a avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, para adquirir estabilidade.

VUNESP - 2018 - ARSESP - Especialista em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos
30. De acordo com a Constituição Federal de 1988,

A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
C) Salvo disposição expressa em lei, é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
D) O servidor público de autarquia poderá exercer mandato eletivo e ficará afastado de seu cargo, emprego ou função se o mandato eletivo for federal, estadual ou distrital.
E) A proibição de se acumularem cargos públicos remunerados não se estende a empregos e funções, nem abrange autarquias e as fundações.

Questão Elaborada pelo Professor
31. Assinale a alternativa correta:

A) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, dentre outras: tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função
B) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem ou poderá optar por mudar.
C) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
D) Um Escrevente de SP se torna Deputado Federal. Ele é segurado de regime próprio de previdência social e assim permanecerá filiado a esse regime, só que em Brasília.
E) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, um servidor perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, afastado sem possibilidade de opção.

VUNESP - 2019 - ESEF/SP - Procurador Jurídico
32. Acerca do estágio probatório e da estabilidade dos servidores públicos, à luz da Constituição Federal em vigor, é correto afirmar que

A) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público; o servidor pode ser exonerado por conveniência do Poder Público antes da conclusão do referido período.
B) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade; a falta de avaliação, no entanto, deverá ser anotada no prontuário do interessado.
C) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
D) Invalidada a demissão do servidor estável, será ele removido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será posto em disponibilidade com remuneração integral.
E) Servidores, empregados públicos, temporários e terceirizados podem alcançar a estabilidade.

Questão Elaborada pelo Professor
33. Assinale a alternativa correta.

A) Lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
B) Lei, desde que seja da União, irá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos
D) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não pode ser fixada por subsídio, mas sim por remuneração
E) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, e eventualmente acrescido de gratificação, adicional ou abono.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Peruíbe/SP Supervisor de Ensino
34. Na escola X, diante de um conjunto de denúncias de corrupção contra representantes políticos, a comunidade escolar decidiu debater o tema da administração pública. A discussão começou pela leitura do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No que se refere aos cargos públicos, o inciso XVI do artigo 37 prevê que

A) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.
B) Quando houver compatibilidade de horários, admite-se a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
C) É necessária a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
D) É vedada a acumulação de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horário.
E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

VUNESP - 2019 - UNESP/SP - Assistente de Suporte Acadêmico I
35. Conforme disciplinado pela Constituição Federal, sobre a Organização do Estado, é correto afirmar que

A) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para todos os fins ulteriores.
B) A acumulação remunerada de cargos é vedada para um cargo de professor com outro cargo técnico, ainda que haja compatibilidade de horários.
C) Os atos de improbidade administrativa, dentre outros, importarão na cassação dos direitos políticos.
D) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
E) Somente por Decreto Legislativo poderá ser criada autarquia, independentemente de autorização legislativa no caso de criação de suas subsidiárias.

VUNESP - 2019 - UNIFAI - Controlador Interno
36. Ômega, servidor público efetivo, por se considerar vocacionado ao exercício de funções políticas, candidatou-se e foi eleito para ocupar o cargo de Vereador na Câmara Municipal. Na fase antecedente à diplomação, observou-se que as atividades da Câmara acontecem em horário não colidente com o período em que desempenha suas funções como servidor público. Considerando a situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O servidor poderá exercer as funções de Vereador e servidor público efetivo de maneira cumulativa, bem como receber ambas remunerações.
B) O servidor deverá optar entre o cargo público efetivo e o cargo de Vereador, por se tratar de cumulação proibida de cargos públicos.
C) O servidor não poderia ter participado das eleições, pois a Constituição Federal proíbe a candidatura de servidores ocupantes de cargos públicos efetivos.
D) O servidor deverá ser exonerado do cargo público efetivo, caso tome posse no cargo de Vereador.
E) O servidor deverá exercer cumulativamente as funções de Vereador e servidor público efetivo e optar por uma das remunerações.

Questão Elaborada pelo Professor

37. Sobre as disposições constitucionais sobre improbidade administrativa, assinale a incorreta

A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, dentre outras penalidades.
B) Para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, a CF estabelece que a lei poderá estabelecer os prazos de prescrição.
C) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda da função pública dentre outras penalidades.
D) Os atos de improbidade administrativa importarão a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, dentre outras penalidades.
E) O Estado pode exigir o ressarcimento ao erário daquele que causou dano ao patrimônio público envolvendo improbidade administrativa, mas há prazo para se fazer isso.

Questão Elaborada pelo Professor
38. Sobre os servidores e a estabilidade, assinale a incorreta

A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público
B) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
C) Caso haja reintegração de um servidor que teve sua demissão invalidada por sentença judicial, o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição.
D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
E) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Arujá/ SP - Chefe de Divisão Pessoal
39. Em relação à Administração Pública, e conforme disciplinado na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) Os cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos, maiores de 21 (vinte e um) anos de idade e que preencham os requisitos exigidos em lei.
B) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser alterados por decreto da autoridade competente.
C) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são iguais para todos os fins de direitos.
D) A vinculação ou equiparação salarial de qualquer espécie poderá servir de base para a fixação remuneratória de pessoal ou servidor público.
E) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, assim como o direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

VUNESP - 2019 - Prefeitura de Poá/SP - Procurador Jurídico
40. Sobre a remuneração dos servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que

A) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
B) É vedada a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
C) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos privativos de médico, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

VUNESP - 2019 - Câmara de Serrana/SP - Controlador Interno - Adaptada
41. É correto afirmar com relação ao regime constitucional dos servidores públicos que

A) A União, os Estados e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
B) Lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, vedado o pagamento de adicional ou prêmio de produtividade.
C) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo, porém, condição para a aquisição da estabilidade a avaliação periódica de desempenho, nos termos de lei complementar e, feita por comissão instituída para essa finalidade.
D) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, sendo este último exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
E) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não poderá ser fixada na forma de subsídio, o qual se aplica apenas aos detentores de mandato eletivo, aos Ministros de Estado e aos Secretários Estaduais e Municipais.

Questão Elaborada pelo Professor
42. De acordo com a CF de 1988 – imagine a seguinte situação hipotética:
Servidor Federal, após a EC 103/2019, exerça uma função gratificada por 8 anos. Alega o referido servidor que deve incorporar aquela vantagem remuneratória. Ele poderia?

A) Sim, pois a Constituição permite
B) Sim, desde que o chefe permita
C) Sim, mas apenas para as pessoas com deficiência

D) Não, pois é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
E) Não, pois é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, mesmo antes da EC de 2019.

Questão Elaborada pelo Professor
43. Nos termos da Constituição de 1988 e alterações da EC 103/2019. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos _____, e aos _____, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em _____do respectivo ente federativo.

Preenchem corretamente e respectivamente as lacunas:

A) 65 (sessenta e cinco) anos de idade; se mulher; 65 (sessenta e cinco) anos de idade; se homem; lei complementar
B) 62 (sessenta e dois) anos de idade; se mulher; 62 (sessenta e dois) anos de idade; se homem; lei complementar
C) 62 (sessenta e dois) anos de idade; se mulher; 65 (sessenta e cinco) anos de idade; se homem; lei delegada
D) 62 (sessenta e dois) anos de idade; se mulher; 65 (sessenta e cinco) anos de idade; se homem; lei específica
E) 62 (sessenta e dois) anos de idade; se mulher; 65 (sessenta e cinco) anos de idade; se homem; lei complementar

Questão Elaborada pelo Professor
44. Nos termos da Constituição de 1988 e alterações da EC 103/2019, o regime de previdência complementar de que trata o § 14 da CF, oferecerá plano de benefícios em determinada modalidade e, será efetivado por intermédio de entidade previdência complementar.
Qual modalidade foi estipulada na Constituição e que tipo de entidade deverá efetivar?

A) Somente na modalidade contribuição e benefício definidos e será efetivado por intermédio de entidade

fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar
B) Somente na modalidade contribuição e benefício definidos e será efetivado por intermédio de entidade necessariamente fechada
C) Na modalidade contribuição geral e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar
D) Somente na modalidade contribuição definida e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementa, não podendo ser entidade aberta de previdência complementar
E) Somente na modalidade contribuição definida e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar

Questão Elaborada pelo Professor
45. Nos termos da Constituição de 1988 e alterações da EC 103/2019, assinale a correta
A) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem

B) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição
C) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação
D) Quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos policiais, desde que seja decorrente de agressão sofrida no exercício.
E) Aplica-se ao agente público ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

Aulões do NEAF
https://bit.ly/2xgJx58

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no WhatsApp
http://bit.ly/2S1NzpO

Telegram
http://bit.ly/TelegramNEAF

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020
http://bit.ly/2Tfp0pW

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020
http://bit.ly/2UNO7kV

Link do TJSP 2020
https://bit.ly/3dyBqBq

INSS
http://bit.ly/2uVGnyX

Polícia Civil
http://bit.ly/2thUX6

Cursos para Escrevente TJSP
http://bit.ly/2JVGdQ9

Dúvidas, sugestões ou para mais informações
contato@neafconcursos.com.br